

# **Políticas públicas para a formação de professores de Ciências e Matemática: proposta de um referencial teórico-metodológico.**

## **Public policies for formation of Science and Math teachers: proposing a theoretical-methodological approach.**

**Paulo Vinícius Rebeque<sup>1</sup>, Fernanda Ostermann<sup>2</sup>, Sofia Viseu<sup>3</sup>**

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, paulo.rebeque@bento.ifrs.edu.br  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fernanda.ostermann@ufrgs.br  
Universidade de Lisboa, sviseu@ie.ulisboa.pt

### **Resumo**

Divulgamos neste trabalho um referencial teórico-metodológico que poderá fundamentar investigações sobre as políticas públicas de formação de professores de Ciências e Matemática. Neste referencial, abordamos as políticas públicas no quadro conceitual da ação pública e do conceito chave de regulação e analisamos a linguagem, enquanto fenômeno da comunicação humana, a partir dos contributos do Círculo de Bakhtin. Assim, apresentamos as potencialidades de articulação entre esses quadros conceituais para, então, propormos um esquema geral de investigação sobre as políticas públicas como ação pública a partir de uma análise bakhtiniana. Por fim, destacamos algumas possibilidades de estudos sobre as políticas públicas de formação de professores de Ciências e Matemática, notadamente, sobre as recentes políticas públicas de formação inicial (cursos de licenciaturas) e de formação continuada no âmbito dos Mestrados Profissionais em Ensino.

**Palavras chave:** políticas públicas, formação de professores, ação pública e análise bakhtiniana.

### **Abstract**

In this work, we show a theoretical-methodological approach that can support future investigations about public policies for formation of Science and Math teachers. In this reference, we address public policy in the conceptual framework of public action and the concept of regulation and we analyze the language, as a phenomenon of human communication, from the contributions of the Bakhtin Circle. Thus, we present a potential link between these theoretical currents to propose a general framework for investigation about public policy as public action and a bakhtinian analysis. Finally, we show some possibilities of studies about public policies for formation of Science and Math teachers, especially, on the recent public policies for initial training (undergraduate courses) and in service teacher education through the professional master's degrees in Science and Math teaching.

**Key words:** public policy, teacher training, public action and bakhtinian analysis.

## Introdução

Para fundamentar nossos estudos sobre formação de professores no campo das políticas públicas, apresentamos neste trabalho um referencial teórico-metodológico que articula as contribuições da sociologia da ação pública e da filosofia da linguagem do Círculo Bakhtin<sup>1</sup>. Partindo do princípio de que ao analisarmos uma política pública “não estamos perante indivíduos isolados pelo individualismo metodológico, mas perante atores que agem tendo em conta a percepção dos outros e balizados por constrangimentos sociais que definem intencionalidades complexas e interativas” (GUERRA, p. 9, 2006), podemos afirmar que em estudos dessa natureza não devemos buscar generalizações, tampouco reproduções controladas de fenômenos sociais, mas sim identificar práticas cotidianas que elucidam e/ou transformam as dinâmicas sociais.

À vista disso, o referencial teórico-metodológico que aqui propomos segue, simultaneamente, uma abordagem qualitativa, naturalista e interpretativa, cujos resultados permanecem imprevisíveis. Qualitativo porque estamos empenhados em descrever e captar as complexidades e os processos que constituem e caracterizam um fenômeno social (BOGDAN & BIKLEN, 1994); naturalista, no sentido de que os dados de investigação, essencialmente de natureza linguística, são oriundos de situações reais e concretas que identificamos dentro de um contexto delimitado (AFONSO, 2005); interpretativo, visto que compreender é tomar uma posição diante dos enunciados, isto é, no processo de compreensão dos enunciados, que por natureza nunca são neutros, criamos outros enunciados (BAKHTIN, 2011); e por fim, a afirmação de que os resultados são imprevisíveis surge porque os atores sociais “agem de forma diferenciada, têm acessos diferenciados aos recursos, possuem diferentes competências para interpretar e intervir no contexto em que se inserem” (GUERRA, p. 10, 2006).

Então, em primeiro lugar, expomos a abordagem da sociologia da ação pública, tomando como eixo norteador o conceito de regulação, e a filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin, que entende o enunciado como a real unidade de análise. Na sequência, apresentamos as potencialidades de articulação entre essas correntes teóricas para, então, propormos um esquema geral de investigação das políticas públicas como ação pública a partir de uma análise bakhtiniana. Por fim, destacamos algumas possibilidades de estudos sobre as políticas públicas de formação de professores de Ciências e Matemática a partir do esquema geral de investigação que aqui propomos.

## Políticas Públicas e a abordagem da ação pública

Segundo Lascoumes e Le Galès (2012), em geral, as análises das políticas públicas estão estruturadas em duas perspectivas analíticas: *top down* (de cima para baixo) e *bottom up* (de baixo para cima). A primeira, herdeira da ciência política, concebe um papel proeminente ao Estado e aos governantes na organização e pilotagem da sociedade. Já a segunda, filiada à sociologia política, estuda as interações entre os indivíduos, os mecanismos de coordenação, privilegiando suas ações.

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o Círculo de Bakhtin “jamais existiu como algo institucionalizado, vinculado a alguma academia específica, em cujos arquivos se poderiam encontrar seus rastros” (GERALDI, p. 10, 2013), de modo que esta denominação surgiu posteriormente. O que se caracteriza como Círculo de Bakhtin são os temas de interesse e o constante diálogo entre os membros do grupo (Mikhail Bakhtin, Valentin Volochínov e Pavel Medvedev). Aqui, sempre que nos referirmos à Bakhtin ou ao Círculo, estamos, em verdade, comentando as ideias desses três autores. Ainda, partidários do pensamento de Veneu, Ferraz e Rezende (2015), denominaremos a análise de dados linguísticos pautadas no pensamento do Círculo sobre linguagem de análise bakhtiniana com o propósito de diferenciá-la das demais teorias classificadas como análise de discurso.

Para Surel (2008), o modelo clássico *top down* deixa de abarcar estruturas mais amplas, como a diversidade de atores e as interações entre eles, intrínsecas às políticas públicas, mostrando-se insuficiente para analisá-las. Por isso este modelo evoca a adoção de uma nova perspectiva: uma que descreva os processos de interação entre o Estado e os atores sociais, que substitua a percepção de um Estado centralizador por uma visão policêntrica e horizontal das políticas públicas, pautada na ação de vários atores e centros de decisões. É dentro desta percepção que “a expressão *política pública* tem sido abandonada em benefício da noção de *ação pública*” (LASCOUMES e LE GALÈS, p. 32, 2012), uma noção largamente utilizada em recentes estudos sobre políticas públicas (DELVAUX, 2009; SUREL, 2008), em especial, em políticas públicas educativas (BARROSO, 2003, 2006; CARVALHO, 2015).

A abordagem da ação pública representa uma tentativa de compreensão da complexidade da vida social e do seu governo na contemporaneidade e, por isso, não reduz as políticas públicas a ação do Estado; pelo contrário, amplia o universo dos possíveis intervenientes. Conforme nos apresenta Delvaux (2009), podemos definir a ação pública como sendo aquela em que simultaneamente leva-se em conta

as ações das instituições públicas e as de uma pluralidade de atores, públicos e privados, provenientes tanto da sociedade civil como da esfera estatal, agindo em conjunto, em múltiplas interdependências, não só ao nível nacional, mas também local e eventualmente supranacional, para produzirem formas de regulação das atividades coletivas (COMMAILLE, p. 413, 2004 *apud* DELVAUX, p. 965, 2009).

Essa abordagem enfatiza o caráter complexo e flexível da ação pública, implicando: (1) na multiplicidade e na diversidade de atores, (2) na relação entre estes atores, que não é interpretada dentro de uma hierarquia na qual o Estado possui uma posição preponderante, (3) na tomada de decisão política como um processo vasto, não mais como uma adoção de leis e regulamentos editados pela autoridade do Estado e (4) na configuração de processos não-lineares, abandonando o esquema de um ator central que estrutura a agenda e toma as decisões, para depois, os demais atores executarem as ações (DELAUX, p. 965, 2009).

Convém ressaltar que essas implicações não representam o total enfraquecimento do Estado nas políticas públicas, mas sim uma partilha de atuação com múltiplos atores e entidades (BARROSO, 2006). Trata-se de uma recomposição do papel do Estado: uma redefinição de seus modos de intervenção, reconhecendo que essa intervenção legitima a participação de outros atores sociais no processo de construção e regulação das políticas públicas.

Neste contexto, o conceito de regulação é utilizado para descrever dois tipos de fenômenos diferenciados, mas interdependentes: “os modos como são produzidas e aplicadas as regras que orientam a ação dos atores; os modos como esses mesmos atores se apropriam delas e as transformam” (BARROSO, p. 12, 2006). No primeiro caso, temos uma regulação de controle - estatal de tipo burocrático e administrativo - que pode ser definida como o conjunto de ações estipuladas e executadas por uma instância governamental, por exemplo, para orientar as ações dos atores sobre os quais detêm certa autoridade. Já no segundo caso, temos uma regulação autônoma - corporativa de tipo profissional e pedagógico - que é fruto de um processo dinâmico de negociações para a produção de “regras do jogo” e definições de normas que orientam o (re)ajustamento do conjunto de regras estabelecidas no primeiro caso.

Especificamente no sistema educativo, duas importantes características do conceito de regulação, enquanto modo de coordenação deste sistema, são indicadas por Barroso (2005):

- É um processo inerente ao sistema educativo (ou a qualquer outro sistema), tendo a função crucial de garantir seu equilíbrio, sua coerência e sua transformação.

- Não está restrita à produção de normas e obrigações que orientam o funcionamento do sistema educativo, mas também ao (re)ajustamento da diversidade de ações dos atores em função dessas mesmas normas.

Essas características reconhecem que o sistema educativo é formado por uma pluralidade de fontes, de atores sociais e de modos e níveis de regulação. É por essa razão que “mais do que falar de regulação seria melhor falar de multirregulação, já que as ações que garantem o funcionamento do sistema educativo são determinadas por um feixe de dispositivos reguladores” (Ibid., p. 734).

Conforme se refere Barroso (2003), a abordagem focada na ação estatal - na qual prevalece a coordenação e o controle exercido por uma autoridade pública para introduzir regras “universais” na ação social - reduz o complexo processo das múltiplas regulações que o sistema educativo está submetido (por parte dos professores, dos estudantes, das famílias, entre outros atores sociais). Por isso, a distinção entre regulação de controle e regulação autônoma nos leva a superar o modelo clássico das políticas públicas para uma abordagem que analisa as relações entre os atores sociais. Essa abordagem nos permite identificar encontros e/ou confrontos entre as regulações de controle e autônoma, isto é, a regulação conjunta (a ação combinada entre controle e autonomia).

Pelo exposto, percebemos que a abordagem da ação pública busca interpretar criticamente as políticas públicas como parte de uma complexa cadeia de relações interdependentes entre atores (individuais e coletivos) e instâncias (públicas e privadas) que se reconhecem como “fazedoras” das políticas públicas (CARVALHO, 2015). É nessa perspectiva que Barroso (p. 40, 2003) defende que a regulação do sistema educativo não seja entendida como um processo de aplicação vertical de normas, “mas como um processo compósito que resulta mais da regulação das regulações, do que do controle direto da aplicação de uma regra sobre a ação dos “regulados””, fenômeno que - conforme já mencionamos - é bem representado pela noção de multirregulação (BARROSO, 2005).

## **A filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin**

Para Bakhtin (2011), todas as esferas da atividade humana estão permeadas pela utilização da linguagem: é a partir dela que o ser humano consegue se comunicar com o outro e com o mundo. Para este autor, a utilização da língua se efetua na forma de enunciados (orais e escritos), sendo todo enunciado fruto da interação verbal de falantes inseridos num determinado contexto e no interior de uma situação social complexa. Eis a verdadeira substância da língua: “o fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (BAKHTIN, p. 127-128, 2014).

No pensamento do Círculo, como “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, p. 272, 2011), não há coerência metodológica em isolá-lo dessa cadeia. Em função disso, a análise do enunciado deve considerar o seu todo, isto é, o que foi dito<sup>2</sup> e seu respectivo contexto de produção, dado que cada “enunciação compreende, além da parte verbal expressa, também uma parte extraverbal não expressa, mas subentendida - situação e auditório - sem cuja compreensão não é possível entender a própria enunciação” (VOLOCHÍNOV, p. 159, 2013).

Segundo Bakhtin (2011), falar significa, antes de tudo, moldar nossos enunciados de acordo

---

<sup>2</sup> Ressaltamos que para Bakhtin (2014), o diálogo não é compreendido apenas como a troca de palavras em voz alta por pessoas face a face, mas como qualquer tipo de comunicação verbal. Por exemplo, o livro (o enunciado escrito) é igualmente um elemento de comunicação verbal.

com as formas típicas de enunciados que ouvimos ao longo de nossa vida. Quer dizer, para falar sempre utilizamos uma peculiaridade constitutiva do enunciado, qual seja: os gêneros do discurso. Uma vez que “todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo” (BAKHTIN, p. 282, 2011), falamos por meio de gêneros que estão inseridos no interior de uma determinada esfera da atividade humana. De fato, os enunciados têm conteúdo temático, organização composicional e estilo próprios. Esses elementos “estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação” (Ibid., p. 262).

Sendo que todo enunciado possui princípio e fim absoluto: “antes do seu início, os enunciados de outros; depois do seu término, os enunciados responsivos de outros” (BAKHTIN, p. 275, 2011), não existe um sujeito único e homogêneo na construção do enunciado: os enunciados são repletos de vozes de outrem, de posições individuais e de grupos sociais, dado que “é impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições” (Ibid., p. 297). Em verdade, não existe enunciado neutro, pois quando selecionamos as palavras para construir um enunciado, “costumamos tirá-las de outros enunciados e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo” (Ibid., p. 292). Ainda, à medida que “todo discurso é dialógico, dirigido a outra pessoa, à sua compreensão e à sua efetiva resposta potencial” (VOLOCHÍNOV, p. 168, 2013), podemos dizer que todo enunciado é elaborado dentro de um processo que responde e direciona a outros enunciados. Em outras palavras, todo enunciado responde enunciados precedentes ao mesmo tempo em que desperta enunciados subsequentes.

Em síntese, os pensamentos do Círculo nos levam a compreender o quanto é inconsistente analisar o enunciado de forma isolada, destacado de seu contexto (interior e exterior) e de seus enunciados anteriores e posteriores: “todos esses fenômenos estão ligados ao todo do enunciado, e onde esse todo desaparece do campo de visão do analisador deixam de existir para ele” (BAKHTIN, p. 306, 2011). Se entendermos o enunciado como um ato isolado, estaremos pressupondo que ele possui relação apenas com o seu autor. Assim sendo, se não levarmos em conta a relação dos sujeitos do diálogo e seus enunciados precedentes e subsequentes, bem como o contexto no qual esses enunciados são produzidos, é impossível compreendermos o enunciado.

## **A ação pública investigada a partir de uma análise bakhtiniana**

O pilar de nossa proposta de investigação, conforme proposição do Círculo, é o enunciado: sua análise, enquanto fenômeno linguístico, deve ser feita nas condições concretas em que se realiza, de modo a estabelecer uma interação orgânica entre o que foi dito e seu respectivo contexto de produção. A esse pensamento, atrelamos a abordagem da ação pública que nos mostra o conceito chave de regulação como um aparato analítico poderoso para nos referirmos a distintos, mas interdependentes, modos de orientação das ações de uma política pública: um que diz respeito aos processos de produção de normas para a orientação dos atores sociais e outro que se refere aos processos de (re)apropriação que os atores sociais fazem dessas mesmas normas.

Eis, então, o cerne de nosso esquema geral de investigação que aqui propomos: a análise de uma complexa cadeia de enunciados que emergem - tanto do interior (parte verbal), quanto do exterior (contexto extraverbal) - dos modos de regulação de uma política pública. Logo, nos é indispensável delimitar a política pública investigada em seu interior e exterior para

identificarmos - ainda que de maneira incompleta<sup>3</sup> - a cadeia de enunciados que surgem dessa esfera da atividade humana para, enfim, iniciarmos uma análise na perspectiva bakhtiniana.

Na figura 1, ilustramos nosso esquema geral de investigação separado em quatro etapas.

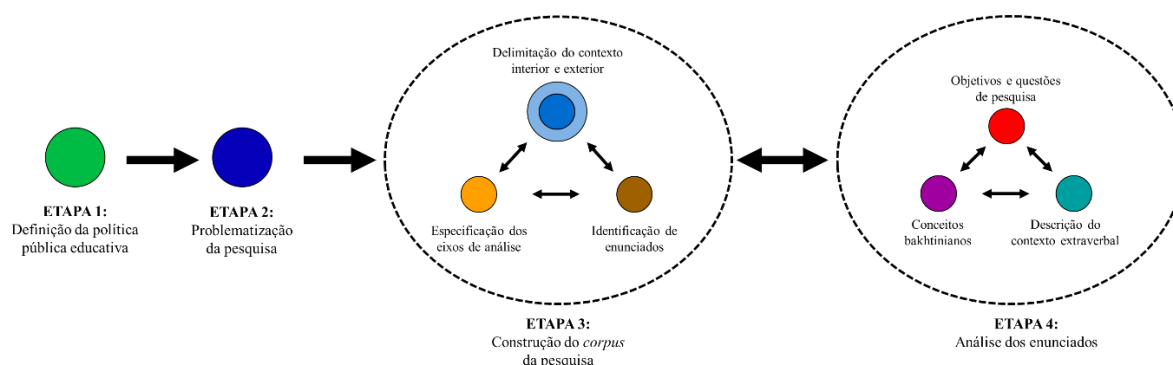


Figura 1: esquema geral de investigação representado em etapas.

**Definição da política pública educativa:** dentro das políticas públicas, precisamos, em primeiro lugar, tomar uma como objeto de investigação. Porém, nossa definição não pode ser feita ao acaso (aleatoriamente). Antes, carecemos de uma revisão da literatura sobre nosso possível objeto de investigação. Esse estudo prévio é importante para identificarmos como o tema tem sido explorado nas pesquisas acadêmicas e trazermos à tona elementos que possam contribuir para nossas reflexões.

**Problematização da pesquisa:** definido a política pública, podemos estruturar nosso estudo, ou seja, definir os objetivos e as questões de pesquisa que nos nortearão. Trata-se de formular as pretensões que temos e as respostas que buscamos com esse estudo. Nessa etapa a revisão da literatura também é fundamental, pois já estamos cientes de como nosso objeto de investigação tem sido explorado nas pesquisas acadêmicas, de modo que nossos objetivos e questões de pesquisa devam, de algum modo, ir além do que já está reportado na literatura.

**Construção do corpus da pesquisa:** esta etapa é formada por três momentos que não podem ser desenvolvidos isolados uns dos outros, tampouco em uma sequência linear. Por isso esses momentos se apresentam circunscritos em uma única etapa.

Nesta etapa, nosso propósito é especificar os eixos de análise e delimitar as fontes dos possíveis enunciados oriundos das regulações de controle e autônoma. Conforme já explicamos, a ação pública reconhece a regulação de controle e a regulação autônoma como eixos de análise, nos sendo indispensável especificar as estruturas e os atores sociais pertencentes a cada tipo de regulação. Contudo, devemos sempre considerar uma cadeia de enunciados que surge não apenas do interior das regulações (parte verbal). Estes por si só não refletem o sentido dos enunciados, que só pode ser captado por um olhar amplo que contemple também o seu contexto exterior (extraverbal).

Definidos as possíveis fontes de enunciados, assim como o seu contexto interior e exterior, precisamos identificar os enunciados que de fato formarão o *corpus* da pesquisa. Para tal, Bakhtin (p. 275, 2011) nos apresenta a alternância dos sujeitos do discurso como um critério absolutamente preciso: “os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela alternância dos sujeitos do discurso”.

<sup>3</sup> A palavra incompleta é aqui empregada porque é impossível mapear o todo de qualquer cadeia dialógica. Na vida histórica não há enunciado primeiro e último: a cadeia dialógica cresce infinitamente (BAKHTIN, 2011).

Assim, a partir da identificação e seleção de enunciados, podemos iniciar uma leitura preliminar no *corpus* da pesquisa. Trata-se de um momento de transição entre as duas últimas etapas de nosso esquema geral de investigação. Nesse momento, importa-nos identificar - ainda que de modo preliminar - as formas típicas de construção do enunciado (conteúdo temático, organização composicional e estilo) e as relações entre a parte verbal e o contexto extraverbal dos enunciados (no sentido de estabelecermos o horizonte espacial comum entre as regulações de controle e autônoma).

Importa-nos ainda esclarecer que a construção do *corpus* da pesquisa não precisa estar absolutamente concluída para prosseguirmos para a análise dos enunciados. Dado a imprevisibilidade do fenômeno social que estamos investigando, tal como a complexa cadeia de enunciados que dele emerge, o *corpus* de nossa pesquisa sempre estará em contínuo estado de transformação. Isto ocorre porque, à medida que realizamos a análise dos enunciados, podemos nos deparar com informações insuficientes para uma melhor conclusão de nossas problemáticas. Desse modo, poderemos regressar para a etapa anterior para buscarmos novos elementos de análise. É por essa razão que a seta que liga estas etapas possuiu um duplo sentido, indicando que nossa investigação não segue uma lógica linear.

**Análise dos Enunciados:** esta etapa também é formada por três momentos que estão em constante interação orgânica, pois analisar enunciados, segundo pressupostos do Círculo, é analisar as duas partes que os compõem: a verbal expressa e o seu contexto de produção. Nesse sentido, nos é imprescindível uma descrição do contexto extraverbal da política pública investigada (uma descrição do contexto social e histórico em que esta política se encontra). Por fim, a análise dos enunciados propriamente dita consiste na articulação entre os objetivos e questões de pesquisa que delineamos com a descrição do contexto extraverbal e com os conceitos bakhtinianos presentes na parte verbal dos enunciados.

## Considerações finais

O esquema geral de investigação que apresentamos neste trabalho não representa, de maneira alguma, uma ferramenta de pesquisa precisa e acabada. Do nosso ponto de vista, ele contempla os principais aspectos que exige uma investigação sobre as políticas públicas como ação pública a partir de uma análise bakhtiniana. No entanto, cabe a cada investigador um aprimoramento do dispositivo em função de suas pretensões de pesquisa.

Em verdade, nosso maior interesse está em iniciar um programa de pesquisa sobre políticas públicas de formação de professores pautado nos quadros conceituais que aqui apresentamos, pois trata-se de um referencial teórico-metodológico inédito na literatura brasileira.

Especificamente sobre as políticas públicas de formação de professores, podemos mencionar tanto o exemplo da formação inicial de professores e seu recente contexto de mudança a partir da publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (BRASIL, 2015), quanto o exemplo da formação continuada de professores a partir dos cursos de Mestrado Profissional em Ensino (CAPES, 2013).

No âmbito da formação de professores de Ciências e Matemática, esses exemplos mostram-se com grande potencial de investigação, dado a prioridade de algumas políticas públicas, qual sejam: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) e a exigência de ofertar no mínimo 20% de suas vagas para cursos de licenciatura, sobretudo nessa área (BRASIL, 2008), a expansão de cursos de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática que já superam o número de Mestrados Acadêmicos e a criação de mestrados profissionais em rede nacional direcionados ao Ensino, por exemplo, de Matemática, de Física e de Biologia.

## Agradecimentos e apoios

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por meio do Edital Observatório da Educação (OBEDUC), financiou a presente pesquisa.

## Referências

- AFONSO, N. **Investigação naturalista em educação: guia prático crítico**. Porto: Asa, 2005.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 6ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 16ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.
- BARROSO, J. **A escola pública – regulação, desregulação privatização**. Porto: Asa, 2003.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**. v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005.
- BARROSO, J. (org.). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e atores**. Lisboa: I&D em Ciências da Educação, 2006.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008**: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE Nº 2/2015**: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, 2015.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de Avaliação Trienal 2010/2012: área de Ensino**. Brasília, 2013. Disponível em <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>. Consultado dia 10 de Setembro de 2016.
- CARVALHO, L. M. As políticas públicas de Educação sob o prisma da ação pública. **Currículo sem Fronteiras**. v. 15, n.2, p. 314-333, 2015.
- DELVAUX, B. Qual é o papel do conhecimento na ação pública? **Educação & Sociedade**. v. 30, n. 109, p. 959-985, 2009.
- GERALDI, J. W. O mundo não nos é dado, mas construído (p. 7-27). In: VOLOCHÍNOV, V. N. **A construção da Enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. Estoril: Príncipia Editora, 2006.
- LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: EDUFAL, 2012.
- SUREL, Y. Políticas públicas como paradigmas. **Estudios Políticos**. n. 33, p. 41-65, 2008.
- VENEU, A.; FERRAZ, G.; REZENDE, F. Análise de discursos no Ensino de Ciências: considerações teóricas, implicações epistemológicas e metodológicas. **Revista Ensaio**. v. 17, n. 1, p. 126-149, 2015.
- VOLOCHÍNOV, V. **A construção da Enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.